



Senadores esperam manter ritmo intenso no 2º semestre

Ao analisar o trabalho legislativo desenvolvido até julho, Renan Calheiros reafirma satisfação de ver o Senado ganhar mais velocidade ao ser pautado pela sociedade

Projetos como o que destina royalties para educação e saúde, o que torna a corrupção crime hediondo e o que extingue o voto secreto no Congresso foram destacados pelo presidente do Senado, Renan

Calheiros, que ontem fez um balanço do primeiro semestre no Parlamento.

Senadores defenderam a continuidade do esforço de votações e Renan sugeriu que a reforma política deixe o sistema eleitoral mais transparente. **2**



Ao falar sobre reforma política, Renan defendeu mudanças para tornar menos dispendiosas as campanhas eleitorais: "A política precisa se reinventar sempre"

Moreira Manz/Agência Senado



Encarte faz balanço da pauta prioritária

O **Jornal do Senado** traz hoje um encarte com a relação do que já foi votado e do que ainda falta analisar dentro da pauta prioritária. Também são lembradas as principais medidas para cortar gastos da Casa.



Genardo/Magal/Agência Senado

Ao lado de Lindbergh Farias, Vinius de Carvalho fala em audiência no Senado

Segundo diretor, nova lei deu mais agilidade ao Cade

Em audiência ontem no Senado, o presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Vinius Marques de Carvalho, disse que a

Lei de Defesa da Concorrência, em vigor há pouco mais de um ano, agilizou os processos no órgão. Casos mais simples são julgados em 20 dias. **4**

Congresso Nacional ganha portal próprio na internet

Foi lançado ontem o Portal do Congresso Nacional (www.congressonacional.leg.br), com informações sobre o trabalho conjunto do Senado e da Câmara

dos Deputados. A nova página permite aos cidadãos acompanhar com detalhes as atividades do Parlamento, até mesmo monitorar os gastos. **4**

LDO será votada em comissão no início de agosto 2

Indenização a descendente de escravo é rejeitada 4

Cardozo comenta apuração de boato

O ministro da Justiça disse que não houve indiciados no caso dos boatos sobre o fim do Bolsa Família porque não foi possível

identificar a origem dos rumores. Ele, porém, afirmou que a Polícia Federal fez uma investigação "séria" e "competente". **3**



O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, fala em audiência pública, entre Jaime Antunes da Silva e Cyro Miranda

José Cruz/Agência Senado

Presidente do Senado reafirma satisfação de ver a sociedade pautar o Legislativo e senadores dizem esperar que o ritmo intenso continue no segundo semestre

Renan: ruas “desenferrujaram” o Congresso

EM BALANÇO DAS atividades do Senado no primeiro semestre, o presidente da Casa, Renan Calheiros, destacou a votação da pauta prioritária, elaborada a partir das manifestações de rua que eclodiram nos últimos meses. Para Renan, vão ao encontro dos anseios da população projetos como o que destina royalties para a educação e a saúde, o que torna a corrupção crime hediondo e o fim do voto secreto no Parlamento.

— Com a pressão das ruas, estamos votando com mais velocidade. As manifestações contribuíram para desenferrujar as estruturas burocratizadas do processo legislativo.

Renan reafirmou a satisfação com o fato de o Congresso estar sendo pautado pela sociedade e lembrou que Senado e Câmara trabalham para reformar os regimentos internos, além do regimento comum. Em duas semanas, com deliberações nas segundas e sextas-feiras,



Em Plenário, senadores cumprimentam Renan por liderar o esforço de responder com votações às manifestações populares

foram votadas no Senado 40 propostas que estavam “adormecidas” no Congresso.

A intensa pauta de votações foi saudada também por outros senadores. Ricardo Ferraço (PMDB-ES) afirmou que a população continua atenta. Para ele, o movimento popular “arejou” a necessidade do Legislativo de avançar e redimir-se da “inércia”.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) considerou necessário “continuar nesse pique”, ressaltando que a mensagem das

ruas deve ser compreendida pelos Três Poderes. Vital do Rêgo (PMDB-PB) cumprimentou Renan por liderar o esforço, e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse desejar que a nova ordem no Senado não seja apenas sazonal em razão das pressões das ruas.

Reforma política

Sobre reforma política, o presidente do Senado defendeu mudanças para dar mais transparência e tornar menos dispendiosas as campanhas

eleitorais. Ele defendeu a proibição de doações diretas aos candidatos, mais transparência e prestação de contas.

— Poderíamos votar uma reforma em agosto com redução do tempo da campanha, com redução do material gráfico. A política precisa se reinventar sempre — afirmou Renan.

Sobre o sistema de voto, ele acredita que o melhor caminho é o país adotar o “sistema distrital puro” na eleição de 2014 e evoluir para o sistema distrital misto a partir de 2018.

Trabalho continua em julho, mas sem sessão deliberativa

A pedido dos líderes de partidos, o Senado não fará sessões plenárias de 18 a 31 de julho. O período seria de recesso, mas o Congresso está impedido de parar porque não votou o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Assim, os senadores continuarão as atividades, com exceção da participação em sessões deliberativas ou de discursos.

— Havendo necessidade, porém, será convocada sessão do Congresso — disse Renan.

A próxima sessão deliberativa do Senado será no dia 1º de agosto. No dia 20, haverá sessão do Congresso para exame de vetos, a primeira em acordo com novas regras. Renan também anunciou o cancelamento de comissão representativa do Senado na visita do papa Francisco ao Rio de Janeiro este mês.



O senador Lobão Filho (D) conduz a reunião da Comissão Mista de Orçamento

Votação da LDO em comissão fica para 6 de agosto

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) não conseguiu votar ontem o relatório preliminar do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2014 (PLN 2/2013). A votação foi adiada para 6 de agosto, mesmo dia em que deve ser votada em comissão especial a proposta que torna obrigatória a execução de emendas individuais de parlamentares que modificam o Orçamento da União, desde que estejam ligadas a programas prioritários do governo (orçamento impositivo — PEC 565/2006 e apensadas).

O relator da LDO, deputado

Danilo Forte (PMDB-CE), chegou a ler o parecer preliminar no Plenário, mas não houve quórum para votação. Seriam necessários 18 deputados e 7 senadores — 4 senadores estavam presentes. Além disso, o PSDB se declarou em obstrução.

— Infelizmente, a base do governo não se fez presente e não foi possível votar o relatório — disse o presidente da comissão, senador Lobão Filho (PMDB-MA).

Forte deixou claro que, para o PMDB, a aprovação da LDO depende da aprovação do orçamento impositivo e atribuiu

ao Executivo a responsabilidade pela não aprovação do relatório preliminar ontem.

— Tentei falar com representantes do Planalto durante todo o dia, mas não fui ouvido. Agora, teremos um prazo muito apertado. Espero que o governo e o PT consigam se reorganizar até agosto — afirmou.

Após a aprovação do parecer preliminar, será aberto o prazo para a apresentação de emendas ao texto final. Depois, a LDO precisa ser votada pelo Congresso. O prazo final é 31 de agosto. (Com Agência Câmara)

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois das 15h30 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Áreas de livre comércio

14h Sessão deliberativa inclui texto que vincula duração de benefício fiscal concedido às áreas de livre comércio e à Amazônia Ocidental ao prazo de vigência da Zona Franca de Manaus.

PRESIDÊNCIA Ordem do dia

14h Renan Calheiros participa da sessão do Senado.

CAS Segurança para jornalistas

9h Comissão analisa pauta com dez itens, como o que disciplina o uso de coletes à prova de bala por profissionais que fazem cobertura jornalística e acompanham operações policiais.

CCJ Padrão de conforto para voos

10h Comissão analisa pauta com 16 itens, como o projeto que autoriza o poder público a definir padrões mínimos de salubridade e conforto nos voos comerciais.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretora-adjunta: Virgínia Galvez

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Cardozo: PF atuou bem no caso do Bolsa Família

No Senado, ministro da Justiça afirmou que, apesar de não ter identificado origem de rumores sobre fim do benefício, Polícia Federal fez trabalho sério e competente

O MINISTRO DA Justiça, José Eduardo Cardozo, disse que a Polícia Federal fez um “trabalho sério e competente” sobre a onda de boatos a respeito do suposto fim do Programa Bolsa Família. Segundo ele, porém, ninguém foi indiciado porque não foi possível identificar a origem dos rumores.

— O que se detectou foram boatos simultâneos, não sendo possível identificar fonte ou autoria específica — disse.

Em maio, após os boatos, milhares de pessoas correram às agências da Caixa para sacar os benefícios. Chegou a haver tumulto em alguns locais. Também houve a difusão da falsa notícia de que o governo estaria pagando um benefício extra por causa do Dia das Mães.

Divulgado na semana passada, o inquérito da PF contrariou insinuações de integrantes do



À esquerda, o diretor do Arquivo Nacional, Jaime Antunes da Silva, o ministro José Eduardo Cardozo e o senador Cyro Miranda

governo de que a oposição havia orquestrado os boatos.

O ministro, que foi convocado a falar na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) sobre a situação do acervo do Arquivo Nacional, acabou sendo indagado sobre o inquérito por Alvaro Dias (PSDB-PR).

O senador lembrou que, na época, a presidente Dilma

Rousseff disse que a onda de boatos foi resultado de crime e cobrou do ministro a identificação dos criminosos. Ele afirmou que a oposição foi excluída de qualquer responsabilidade, mas estranhou a ausência de indiciados.

— Houve um crime, mas não um criminoso — disse Alvaro, em tom de ironia.

A seu ver, ficou implícito que houve “responsabilidade não apurada”, atribuível à Caixa.

Sem prévio anúncio, o banco antecipou o pagamento do benefício em maio, o que foi visto como um dos fatores que motivaram o corre-corre às agências. Indagado se não houve a responsabilidade administrativa da Caixa, o

ministro disse que o inquérito cuidou apenas de fatos criminais. Ainda assim afirmou que, do ponto de vista administrativo, não foi constatado nada que recaísse sobre a Caixa ou autoridade pública.

Papa

O ministro também falou do plano de segurança para a visita do papa Francisco ao Brasil, por ocasião da Jornada Mundial da Juventude. Integram o plano de segurança Polícia Federal, Força Nacional de Segurança, Polícia Rodoviária Federal, Forças Armadas e Secretarias de Segurança Pública do Rio de Janeiro e de São Paulo.

— Temos nos esforçado muito nesse aspecto de segurança. Oxalá possamos ter esse evento realizado na santa paz de Deus, com a presença do santo padre entre nós — disse o ministro.

Suplicy questiona providências sobre denúncias de espionagem dos EUA

Cardozo foi indagado por Eduardo Suplicy (PT-SP) sobre as providências a respeito das denúncias de Edward Snowden, ex-funcionário da agência nacional de segurança dos Estados Unidos (NSA, na sigla em inglês), de que equipes da agência e da CIA (agência de inteligência civil do governo dos Estados Unidos) monitoraram comunicações eletrônicas e telefônicas de brasileiros.

O ministro afirmou que a gestão do caso está com o Itamaraty e que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) está apurando se houve envolvimento de empresa ou instituição no Brasil no monitoramento eletrônico. Ele também citou o pedido de informações feito pelo governo brasileiro ao embaixador dos EUA no Brasil, Thomas Shannon.

Documentos estão preservados, diz ministro

Todos os documentos do acervo do Arquivo Nacional atingidos por inundações após fortes chuvas que caíram em março no Rio de Janeiro estão recuperados e disponíveis para consulta pública, segundo afirmou José Eduardo Cardozo na audiência na CE. O debate foi requerido por Ana Amélia, Cyro Miranda (PSDB-GO) e Alvaro Dias.

Problemas no prédio que é sede do órgão foram apontados

pela Associação dos Servidores do Arquivo Nacional (Assan). O edifício tombado, do século 19, abrigou a Casa da Moeda. Foram molhadas 800 caixas de documentos (0,3% do acervo).

— Os documentos foram submetidos a um processo de secagem natural de acordo com o tipo: manuscritos, datilografados e impressos. Foram totalmente recuperados. Não houve dano irreversível e nenhum documento precisou ser

restaurado — disse o ministro.

Cardozo informou que já foram alocados R\$ 2,47 milhões para obras nos telhados dos prédios atingidos e que há proposta para transformar o Arquivo em autarquia e para a criação de plano de carreira.

O diretor do órgão, Jaime Antunes, destacou investimentos para aumentar a capacidade de recepção de documentos e melhorar os laboratórios de digitalização de acervo.

Paim: distribuição de gorjeta será votada em agosto

Paulo Paim (PT-RS) anunciou ontem, em Plenário, que na primeira



Waldemir Barreto/Agência Senado

quinzena de agosto será votado o projeto que regulamenta a distribuição da gorjeta, entre empregados, sobre despesas em bares, restaurantes, hotéis e motéis (PLC 57/2010).

O senador destacou as negociações com empresários e trabalhadores, além de acordo com o presidente da Casa, Renan Calheiros.

Paim ressaltou que 20% da cobrança adicional devem ser destinados a aposentadoria dos empregados.

— É para terem direito a uma aposentadoria integral e não uma aposentadoria minguada.

Ana Amélia discorda de multa a produtores rurais

Ana Amélia (PP-RS) questionou ontem a resolução do Conselho Nacional de Trânsito



Waldemir Barreto/Agência Senado

(Contran) que obriga o emplacamento imediato de tratores agrícolas, sob pena de multa e apreensão do veículo. Na avaliação dela, são custos desnecessários para os produtores. A senadora informou que, com Paulo Paim (PT-RS) e Pedro Simon (PMDB-RS), discutiu o assunto com representantes da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Vanessa informa vitória de países amazônicos

Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) registrou “importante vitória” para o Brasil e os países amazônicos no Comitê Gestor de Governos (GAC) contra o plano da empresa americana de comércio eletrônico Amazon de deter exclusividade no domínio .amazon na internet.

Segundo ela, em reunião na África do Sul, o GAC aprovou indicativo para que não seja concedido o pedido da empresa. A senadora, porém, frisou que o assunto ainda não está decidido e que os usuários da internet precisam seguir com a campanha para que o domínio não seja exclusividade da empresa.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Mozarildo defende quadro próprio para a Justiça Eleitoral

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 64/2012, de autoria dele, que institui quadro próprio de magistrados para a Justiça Eleitoral, por meio de concurso público.

O senador disse que o projeto vai ajudar a combater a morosidade na Justiça Eleitoral, o que, segundo ele, contribui para quem cometeu uma “verdadeira coletânea de atos claramente de corrupção, abuso do poder econômico e do poder de autoridade”.

Para ele, a demora no julgamento dos processos reforça a tese de que “o crime vale a pena”.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Simon: exemplo do papa é mensagem para o mundo

A Jornada Mundial da Juventude (JMJ), que acontece no Rio de Janeiro

entre 23 e 28 de julho com a presença do papa Francisco, foi saudada ontem por Pedro Simon (PMDB-RS). O senador afirmou que o papa tem revelado ser uma personalidade que busca uma nova realidade para o mundo, com mais paz, amor e solidariedade. Para a vinda ao Brasil, descreveu Simon, o papa fez questão de voar em avião de carreira.

— Este é o homem que veio trazer uma mensagem para o Brasil e que eu, com toda sinceridade, acho que sua presença já é uma mensagem — afirmou o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Cyro Miranda elogia curso de economia do ILB

O curso Descomplicando a Economia, que foi lançado nesta semana e pode ser visto gratuitamente no site do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), foi elogiado por Cyro Miranda (PSDB-GO). O senador ressaltou que o curso — uma série de vídeos de dois minutos — se destina aos cidadãos comuns e aborda temas relacionados ao dia a dia. O ILB é vinculado ao Senado.

— Trata-se de uma ação que ressalta a preocupação do Senado em disseminar conhecimentos junto à sociedade organizada — disse.

Para Cyro, esse tipo de trabalho deve ser ampliado para as áreas de educação, ciência e tecnologia, infraestrutura e meio ambiente, entre outras da agenda legislativa.

Lançada ontem, página contém informações sobre atividades conjuntas de Senado e Câmara, incluindo gastos financeiros. Segundo Renan, Parlamento fica mais transparente

Portal do Congresso facilita controle da sociedade sobre o Legislativo

LANÇADO ONTEM, O Portal do Congresso Nacional (www.congressonacional.leg.br) reúne informações do trabalho conjunto do Senado e da Câmara — como o Orçamento da União, as medidas provisórias e os vetos presidenciais.

Entre as inovações do portal, está a integração das agendas das duas Casas e do Congresso Nacional. O site também apresenta notícias sobre as atividades do Congresso, reúne informações de deputados e senadores e traz um histórico do Parlamento.

Durante a solenidade de lançamento, o presidente do Senado e do Congresso, Renan Calheiros, afirmou que o portal dará mais visibilidade às atividades do Congresso, além de facilitar o acesso às informações hoje distribuídas entre as páginas do Senado e da Câmara.

— Toda a sociedade brasileira terá absoluto controle dos atos e gastos praticados pelo



Renan discursa no lançamento do Portal do Congresso: "Queremos que o Parlamento seja o mais transparente dos Poderes"

Congresso Nacional. Queremos que o Parlamento seja o mais transparente entre os Três Poderes — afirmou.

O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, também participou do lançamento.

O site conta com links para as páginas das comissões mistas, para o sistema Siga Brasil (ferramenta de consulta a bases de dados sobre planos e orçamentos públicos) e para

as transmissões da TV Câmara e TV Senado.

Permite também acesso ao *Diário do Senado* e ao *Diário do Congresso*, informativos oficiais das atividades parlamentares nos quais o cidadão pode conferir discursos, projetos, pareceres, matérias legislativas e outros documentos.

O portal foi desenvolvido pelas equipes da Secretaria-Geral da Mesa e das áreas de

informática e comunicação da Câmara e do Senado.

Para Renan, a criação do portal mostra que Senado e Câmara ampliam "a sintonia com a sociedade". Segundo ele, a "força transformadora das ruas" tirou o Congresso do "absenteísmo legislativo":

— Não vejo nisso nenhum demérito. Antes ser pautado pela sociedade do que por forças estranhas à democracia.

Renan: "Qualquer distorção em uso de avião será corrigida"

"Não tenho nenhuma dúvida de que qualquer distorção será corrigida imediatamente. Esse foi o compromisso que tanto o Henrique [Alves] quanto eu assumimos", afirmou o presidente do Senado, Renan Calheiros, no lançamento do Portal do Congresso, quando voltou a comentar as medidas tomadas por ele em resposta à utilização de avião da FAB para comparecer a um casamento na Bahia.

— Tão logo houve a informação da utilização da FAB, respondemos que não houve erro nenhum porque isso era uma praxe. As dúvidas continuaram e consultamos o Conselho de Transparência do Senado. Preventivamente, fizemos o depósito da despesa, mandamos a consulta para o conselho e aprovamos requerimento do senador Aloysio Nunes Ferreira — disse.

O requerimento do líder do PSDB, Aloysio Nunes (SP), pede informações ao Ministério da Defesa sobre uso de aviões da FAB por autoridades brasileiras.

Links dão acesso a fontes de informações sobre o Orçamento

O portal também dispõe de links específicos a respeito da Comissão Mista de Orçamento (CMO); do Siga Brasil, sistema de informações sobre o Orçamento da União; e outros que poderão encaminhar o usuário diretamente aos sites da Câmara dos Deputados e do Senado, de acordo com o interesse do internauta.

O lançamento da página do Congresso está previsto no plano de metas do Senado, aprovado pela Comissão Diretora em abril. O trabalho foi

desenvolvido em parceria pelas equipes da Secretaria-Geral da Mesa e das áreas de informática e comunicação das duas Casas. A secretária-geral da Mesa do Senado, Claudia Lyra, observou que as reuniões conjuntas de senadores e deputados apresentam uma dinâmica própria, o que justifica a criação de um portal específico, e que o lançamento da ferramenta se junta a outras iniciativas como o Portal da Transparência, a Ouvidoria do Senado e a Lei de Acesso à Informação.

Presidente da Câmara: população pode acompanhar vetos presidenciais

Renan Calheiros e Henrique Eduardo Alves assinaram o ato que cria o Comitê Gestor do Portal do Congresso, grupo responsável pela gestão do portal, com servidores das duas Casas, sem remuneração adicional.

Para o presidente da Câmara, o momento de lançamento do portal é oportuno, especialmente a partir do restabelecimento da prerrogativa do Congresso de apreciar os vetos presidenciais. Ele se referiu à aprovação da resolução que altera as normas de

tramitação dos vetos presidenciais. Pelo texto, o prazo de 30 dias para análise dos vetos que chegarem ao Parlamento passa a contar no momento em que forem protocolados no Senado.

— Na hora que chega uma iniciativa como essa resgatando a prerrogativa, chega o portal para mostrar a todo o povo brasileiro os vetos que chegam, conferindo cada vez mais informação e interação — disse Alves.

Acompanharam a solenidade parlamentares e servidores das duas Casas.

Lei deixou Cade mais ágil, diz diretor

A redução do tempo de análise de processos foi uma das maiores contribuições da nova Lei de Defesa da Concorrência (Lei 12.529/2011), em vigor há pouco mais de um ano.

A constatação é do presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Vinicius Marques de Carvalho, que falou ontem à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Segundo ele, o Cade é capaz de analisar casos mais simples em 20 dias. As operações mais complexas são avaliadas em 69 dias. A *joint venture* entre Itaú e BMG, por exemplo, foi avaliada em 42 dias.

A nova lei também alterou o valor das multas às empresas nos casos de condutas anti-competitivas, que eram de 1% a 30% do faturamento bruto total. Hoje, variam de 0,1% a 20% do



Lindbergh fala em audiência, ao lado do presidente do Cade, Vinicius de Carvalho

faturamento da empresa, restrita ao ramo de atividade em que ocorreu a infração.

— O Brasil tem muitos conglomerados, formados por companhias atuantes em ramos diferentes. Anteriormente, a multa era aplicada sobre o faturamento do grupo econômico. Mas, se a intenção é punir

o cartel no setor X, não se pode ter como base o faturamento em outros ramos — explicou.

Na opinião dele, a formação de cartel é a conduta mais nefasta, por isso as multas tendem a ficar próximas dos 20%.

— Quem participa de um cartel em geral tem a clara intenção de lesar o consumidor.

Comissão rejeita indenização a descendentes de escravos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) rejeitou o projeto de lei que prevê a criação da Comissão da Indenização aos Descendentes de Negros Africanos Escravizados no Brasil (PLS 432/2012).

A proposta, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), disciplina a forma de identificação dos beneficiários e o pagamento das indenizações.

A justificativa do projeto baseia-se no fato de que a economia brasileira apoiou-se, até a Abolição de 1888, na exploração da mão de obra escrava de escravos africanos.

Para a CAE, entretanto, a proposta é incompatível com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e contrária "aos mais básicos princípios republicanos, que exigem transparência nos gastos públicos e prévia autorização legislativa".

De acordo com o parecer de Eduardo Lopes (PRB-RJ), "dada a impossibilidade de estimar o impacto orçamentário e financeiro da proposição, suas consequências sobre o orçamento público, a dívida federal e a política fiscal se tornam imprevisíveis".

A proposta ainda será votada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A agenda das ruas

Senado se aproxima ainda mais da população ao votar pauta prioritária definida a partir das manifestações de junho



PAUTADO PELA SOCIEDADE

TUDO COMEÇOU COM uma passeata na cidade de São Paulo, em 6 de junho, contra o aumento de 20 centavos nas tarifas de ônibus. Naquele dia, cerca de 5 mil pessoas atenderam o chamado do até então pouco conhecido Movimento Passe Livre (MPL).

Ninguém esperava que a partir daquele protesto, aparentemente isolado, o Brasil veria nos dias seguintes as maiores manifestações populares desde o impeachment, em 1992, e da campanha das Diretas Já, na década de 80.

Mas a vontade dos cidadãos de terem maior influência sobre a política e as decisões de governo encontrou, nas mídias sociais, um aliado poderoso para crescer e aparecer.

Milhares de pessoas, em dezenas de cidades, levaram inúmeras reivindicações às ruas, em um movimento sem identificação com partidos, ONGs ou sindicatos.

Naturalmente, as manifestações chegaram ao Legislativo. Cerca de 10 mil pessoas caminharam pela Esplanada dos Ministérios no dia 17 de

junho. Centenas subiram ao teto do Congresso. Outras 35 mil reuniram-se três dias depois em Brasília, quando mais de 1 milhão de manifestantes ocuparam as ruas em todo o país.

Poder mais sensível e aberto à participação popular, o Legislativo decidiu ouvir os manifestantes em vez de negar a força dos protestos. O presidente do Senado, Renan Calheiros, deu ordem para que as manifestações não fossem reprimidas pela polícia. Acompanhado por vários senadores, ele recebeu representantes do movimento, nos dias seguintes, como se vê na foto do dia 26 de junho. E a partir daí, em reuniões com líderes partidários, definiu uma pauta prioritária de votações.

— O Senado está orgulhosamente pautado pela sociedade, disse Renan na quinta-feira, 11 de julho, ao concluir duas semanas de esforço concentrado dos senadores para votar uma extensa lista de propostas.

Nas páginas seguintes, o que já foi votado da agenda prioritária e o que será retomado em agosto, na volta das sessões deliberativas.

FOMAS FERREIRA/AGÊNCIA SENADO



O SENADO APROVOU

- ✓ **PLS 240/2013 – Complementar** – Institui novas regras para o rateio do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Enviado à sanção presidencial.
- ✓ **PLS 204/2011** – Inclui delitos contra a administração pública entre os crimes hediondos. Enviado à Câmara.
- ✓ **PLS 105/2011** – Inclui as atividades de advocacia no regime simplificado de tributação, o Supersimples. Enviado à Câmara.
- ✓ **PEC 6/2012** – Exige ficha limpa para servidores públicos. Enviado à Câmara.
- ✓ **PLC 41/2013** – Destina 75% dos royalties do petróleo para a educação e 25% para a saúde. Como foi alterado no Senado, texto retorna à Câmara.
- ✓ **PLC 39/2013** – Prevê a punição de empresas por corrupção. Enviado à sanção presidencial.
- ✓ **PLC 3/2013** – Determina atendimento integral pelo SUS a mulheres vítimas de violência sexual. Enviado à sanção presidencial.
- ✓ **PRS 47/2013** – Permite ao cidadão opinar sobre projetos de lei em tramitação no Senado. Já em vigor.
- ✓ **PLS 269/2003** – Cria o fundo de vítimas de homicídio. Enviado à Câmara.
- ✓ **PLS 244/2009** – Reconhece os papiloscopistas como peritos oficiais. Enviado à sanção.
- ✓ **PLS 764/2011** – Estabelece regras para impulsionar zonas de processamento de exportação (ZPEs).
- ✓ **PEC 11/2003** – Reduz de dois para um o número de suplentes de senador e proíbe a indicação para o cargo de cônjuge ou parente consanguíneo até o segundo grau. Enviado à Câmara.
- ✓ **PEC 3/2011** – Diminui de 1% para 0,5% do eleitorado nacional o número mínimo de assinaturas para apresentação de projeto de lei de iniciativa popular. Enviado à Câmara.
- ✓ **PLS 150/2006** – Redefine o conceito de organização criminosa e torna mais eficientes os mecanismos de repressão ao crime, inclusive de lavagem de dinheiro. Enviado à sanção presidencial.
- ✓ **PLC 11/2013** – Cria o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Enviado à sanção presidencial.
- ✓ **MP 610/2013** – Autoriza renegociação das dívidas dos agricultores do semiárido e autorização para transmissão e sucessão das permissões para taxistas.
- ✓ **CPI da Espionagem** – Criada para avaliar a ocorrência de espionagem estrangeira de autoridades brasileiras.

O CONGRESSO DECIDIU

- ✓ Aprovar a resolução que regula a análise, em 30 dias, dos vetos presidenciais.
- ✓ Arquivar mais de 1.400 vetos prejudicados.

PAULA CINQUETTI/AGÊNCIA SENADO



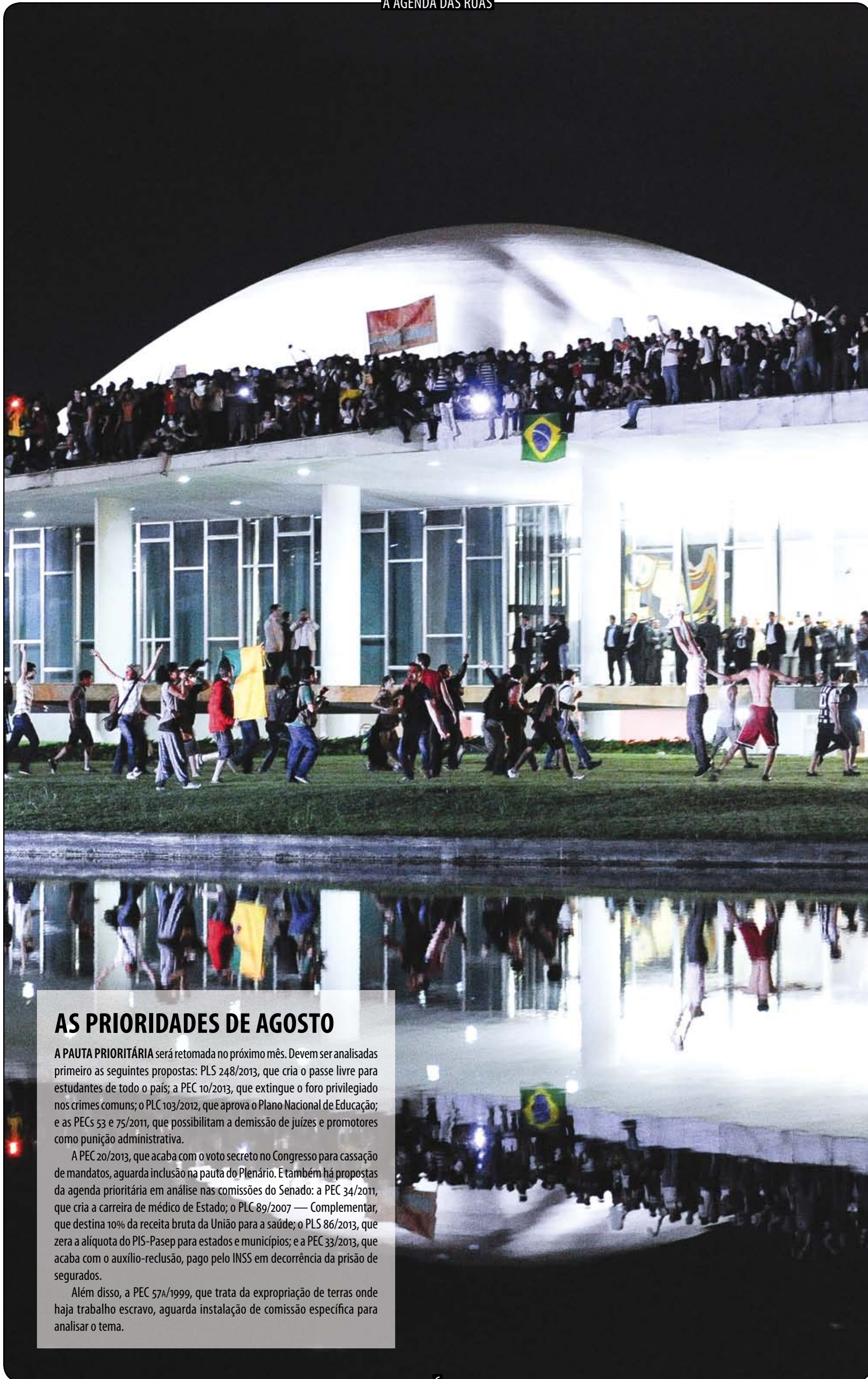


O DIA EM QUE O REI VISITOU O SENADO

O DIA 3 de julho foi histórico para o Senado. A votação do projeto que criou novas regras de arrecadação e distribuição de direitos autorais na música foi acompanhada por Roberto Carlos e vários outros artistas, como Erasmo Carlos, Caetano Veloso, Fagner, Fafá de Belém, Carlinhos Brown, Nando Reis, Lenine, Frejat, Rogério Flausino, Gaby Amarantos e Fernanda Abreu.

Elaborada a partir do trabalho de uma CPI que investigou denúncias de irregularidades no setor, a proposta mantém o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) como único órgão arrecadador, mas agora sob controle estatal. O texto também torna as atividades do escritório mais transparentes e reduz de 25% para 15% o teto das receitas a serem utilizadas para custeio da instituição. Os 85% restantes devem ser destinados aos compositores e músicos.

✓ PLS 129/2012 – Enviado à sanção presidencial.



FOMUS FERREIRA/AGÊNCIA SENADO

AS PRIORIDADES DE AGOSTO

A **PAUTA PRIORITÁRIA** será retomada no próximo mês. Devem ser analisadas primeiro as seguintes propostas: PLS 248/2013, que cria o passe livre para estudantes de todo o país; a PEC 10/2013, que extingue o foro privilegiado nos crimes comuns; o PLC 103/2012, que aprova o Plano Nacional de Educação; e as PECs 53 e 75/2011, que possibilitam a demissão de juizes e promotores como punição administrativa.

A PEC 20/2013, que acaba com o voto secreto no Congresso para cassação de mandatos, aguarda inclusão na pauta do Plenário. E também há propostas da agenda prioritária em análise nas comissões do Senado: a PEC 34/2011, que cria a carreira de médico de Estado; o PLC 89/2007 — Complementar, que destina 10% da receita bruta da União para a saúde; o PLS 86/2013, que zera a alíquota do PIS-Pasep para estados e municípios; e a PEC 33/2013, que acaba com o auxílio-reclusão, pago pelo INSS em decorrência da prisão de segurados.

Além disso, a PEC 57A/1999, que trata da expropriação de terras onde haja trabalho escravo, aguarda instalação de comissão específica para analisar o tema.

NOVAS LEIS PARA UM NOVO PAÍS

ANTES MESMO DAS manifestações de junho tomarem as ruas do país, o Senado já se dedicava em 2013 a uma pauta de votações alinhada com as transformações da sociedade.

A Emenda Constitucional 72, que ampliou os direitos dos trabalhadores domésticos, foi apenas uma dessas propostas. Jornada de trabalho definida e horas extras passaram a valer assim que houve a publicação da emenda, em 2 de abril.

Outros benefícios, como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o seguro-desemprego, foram regulamentados em julho (PLS 224/2013 — Complementar), durante o esforço concentrado.

Também marcou o primeiro semestre a aprovação do Estatuto da

Juventude (PLC 98/2011). A proposta pretende garantir a um contingente de 52 milhões de brasileiros acesso a educação, profissionalização, trabalho e renda. A matéria retornou para análise da Câmara.

Várias comissões específicas foram criadas para modernizar a legislação do país. Caso da comissão de consolidação de leis e de dispositivos constitucionais e das comissões de juristas que vão propor a atualização da Lei de Execução Penal, do Código Comercial e da Lei de Arbitragem, entre outras.

Em julho, o Senado criou a Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, destinada a fortalecer a posição das prefeituras nos debates de um novo pacto federativo.



RAFAEL CARVALHO/AGÊNCIA SENADO



FAZER MAIS COM MENOS

O SENADO COMEÇOU o ano estabelecendo um plano de redução de gastos, que, até o fim de 2014, deve resultar em uma economia de R\$ 316 milhões. Entre as medidas postas em prática, estão a revisão de contratos de terceirização, a cobrança de aluguel sobre os apartamentos funcionais cedidos ao Judiciário, o controle sobre o uso de telefone, a redução no número de funções comissionadas e a fusão de estruturas administrativas.

Houve ainda a extinção do serviço ambulatorial do Senado, sem prejuízo para os servidores, que contam com plano privado de saúde. Os médicos do

serviço foram transferidos ao SUS, para trabalhar na rede vinculada ao Distrito Federal, que recebeu os equipamentos do ambulatório.

A Casa também investiu no diálogo com a população. Tornou os debates nas comissões mais interativos, com a participação dos cidadãos em tempo real por telefone e internet. Fortaleceu a Ouvidoria do Senado e instituiu o Conselho de Transparência, com a participação de integrantes da sociedade.

A ideia é tornar o Senado mais aberto e mais enxuto, para ficar cada vez mais eficiente. Ou seja, produzir mais gastando menos.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

■ Jornal do Senado

Praça dos Três Poderes - Anexo 1 do Senado Federal, 20º andar
70165-920 Brasília, DF
site: www.senado.leg.br/jornal - e-mail: jornal@senado.leg.br
Twitter: [@jornaldosenado](https://twitter.com/jornaldosenado) - Facebook: facebook.com/jornaldosenado
Telefone: 0800 612211 - Fax: (61) 3303-3137

■ Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Davi Emerich

■ Diretora-adjunta: Virgínia Galvez
■ Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão
■ Coordenador da Agência Senado: Marco Antonio Reis
■ Coordenador do Jornal do Senado: Flávio Faria
■ Projeto e edição: Silvío Burle

■ Revisão: Fernanda Vidigal,

Juliana Rebelo e Pedro Pincer
■ Diagramação: Claudio Portella
■ Tratamento de imagem:
Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
■ Arquivo fotográfico: Bárbara Batista